

Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil

Faço saber aos que a presente Carta de ratificação virem, que, entre os Estados Unidos do Brasil e varios outros países, representados na Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, foi concluída e assinada, em Buenos Aires, a 23 de dezembro de 1936, a Convenção sobre facilidades aos filmes educativos ou de propaganda, do teor seguinte:

Convenção sobre facilidades aos filmes educativos ou de propaganda

Os Governos representados na Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, convencidos de que, mediante a concessão de facilidades para a entrada e circulação dos filmes cinematográficos, de carater educativo ou de propaganda, muito se concorrerá para o mútuo conhecimento, maior compreensão e amizade recíprocas dos povos americanos;

Resolveram celebrar uma Convenção sobre o assunto, e, para esse fim nomearam os seguintes Plenipotenciários:

ARGENTINA:

Carlos Saavedra Lamas.
Roberto M. Ortiz.
Miguel Angel Cárcano.
José María Cantilo.
Felipe A. Espil.
Leopoldo Melo.
Isidoro Ruiz Moreno.
Daniel Antokoletz.
Carlos Brebbia.
César Dias Cisneros.

PARAGUAI:

Miguel Angel Soler.
J. Isidro Ramirez.

HONDURAS:

Antonio Bermúdez M.
Julian López Pineda.

COSTA RICA:

Manuel F. Jiménez.
Carlos Brenes.

VENEZUELA:

Caracciolo Parra Pérez.
Gustavo Herrera.
Alberto Zérega Fombona.

PERU:

Carlos Concha.
Alberto Uileá.
Felipe Barreda Laos.
Diómedes Arias Schreiber.

EL SALVADOR:

Manuel Castro Ramírez.
Maximiliano Patricio Bragosa.

MÉXICO:

Francisco Castillo Nájera.
Alfonso Reyes.
Ramón Beteta.
Juan Manuel Alvarez del Castillo.

BRASIL:

José Carlos de Macedo Soares.
Oswaldo Aranha.
José de Paula Rodrigues Alves.
Hélio Lobo.
Hildebrando Pompeu Pinto Acioli.
Edmundo da Luz Pinto.
Roberto Carneiro de Mendonça.
Rosalina Coelho Lisboa de Miller.
Maria Luiza Bittencourt.

URUGUAI:

José Espalter.
Pedro Marini Ríos.
Eugenio Martínez Thedy.
Juan Antonio Buero.
Felipe Ferrero.
Andrés F. Puyol.
Abalcázar García.
José G. Antuña.
Julio César Cerdeiras.
Gervasio Posadas Belgrano.

GUATEMALA:

Carlos Salazar.
José A. Medrano.
Alfonso Carrillo.

NICARAGUA:

Luis Manuel Debayle,
José Maria Moncada,
Modesto Valle.

REPÚBLICA DOMINICANA:

Max Henríquez Ureña,
Tulio M. Cestero,
Enrique Jiménez.

COLOMBIA:

Jorge Soto del Corral,
Miguel López Pumarejo,
Roberto Urdaneta Arbeláez,
Alberto Lleras Camargo,
José Ignacio Dias Granados.

PANAMÁ:

Harmodio Arias M.,
Júlio Fábrega,
Eduardo Chiari.

ESTADOS UNIDOS DA AMERICA:

Cordell Hull,
Sumner Welles,
Alexander W. Weddell,
Adolf A. Berle, Jr.,
Alexander F. Whitney,
Charles G. Fenwick,
Michael Francisco Doyle,
Elise F. Musser.

CHILE:

Miguel Cruchaga Tocornal,
Luiz Barros Borgoño,
Felix Nieto del Rio,
Ricardo Montaner Bello.

EQUADOR:

Humberto Albornoz,
Antônio Pons,
José Gabriel Navarro,
Francisco Guarderas,
Eduardo Salazar Gómez.

BOLÍVIA:

Enrique Finot,
David Alvestegui,
Eduardo Díez de Medina,
Alberto Ostria Gutiérrez,
Carlos Romero,
Alberto Cortadellas,
Javier Paz Campero.

HAITI:

Horácio Paulens Samon,
Camille J. Leon,
Elie Lescot,
Edmé Marigat,
Pierre Eugène de Lespinasse,
Clément Magloire.

GUATEMALA:

José Manuel Cortina,
Ramón Zaydin,
Carlos Marques Sterling,
Rafael Santos Jiménez,
Cesar Salaya,
Calixto Whitmarsh,
José Manuel Carbonell.

Os quais, depois de terem exibido as suas credenciais, que foram achadas em boa e devida forma, convieram no seguinte:

ARTIGO PRIMEIRO

As Altas Partes Contratantes se comprometem a isentar de todo direito alfandegário, despesas e impostos de qualquer espécie, a importação permanente ou temporária, o trânsito e a exportação de filmes de caráter educacional, ou de propaganda, produzidos por entidades ou instituições estabelecidas no território de uma das Altas Partes Contratantes.

Esta isenção não vigorará em relação aos direitos aplicáveis à importação de mercadorias nem mesmo quando estas mercadorias estiverem isentas de direitos de alfândega, tais como os direitos de estatística ou de selos.

As Altas Partes Contratantes se comprometem, também, a concorrer para que os filmes de caráter educativo ou de propaganda não sejam gravados de outros quaisquer impostos internos ou sujeitos a exigências, formalidades ou condições de venda, de circulação ou de qualquer outra espécie, diferentes daquelas a que são submetidos os filmes produzidos no país. Poderão, não obstante, impor às enti-

dades que os importem ou explorem com fins lucrativos, a obrigação de exibir esses tipos de filmes como parte integrante de qualquer programa pago de cinema.

ARTIGO II

Entender-se-á por filmes de caráter educativo ou de propaganda:

a) os filmes destinados a fornecer informações sobre o trabalho e as finalidades das instituições internacionais, geralmente reconhecidas pelas Altas Partes Contratantes, que se ocupem da conservação da paz entre as nações;

b) filmes destinados a usos educativos, em qualquer curso;

c) filmes destinados à orientação profissional, incluídos os filmes técnicos relacionados com a indústria e filmes para a organização científica do trabalho;

d) os filmes de investigações científicas ou técnicas ou de vulgarização científica;

e) os filmes que tratem de higiene, educação física, bem estar social e assistência social;

f) filmes de propaganda, com fins turísticos ou outros que não tenham caráter político.

ARTIGO III

As disposições contidas no artigo precedente serão aplicadas aos filmes educativos em qualquer uma das seguintes formas:

Negativos impressos ou desenrolados e positivos impressos ou desenrolados.

Esta Convenção será, também, aplicada a todas as formas de reprodução sonora, tais como chapas de gramofone complementares de filmes, e aos filmes sonoros.

ARTIGO IV

Para ser obtida a isenção de direitos alfandegários, de conformidade com a presente Convenção, para qualquer filme, como para qualquer forma de produção sonora complementar, será preciso apresentar um atestado expedido pela repartição pública competente do país de origem, do qual conste que o filme é de caráter educativo ou de propaganda política.

ARTIGO V

Para os efeitos do artigo anterior, os Estados Contratantes comunicarão à União Panamericana, na ocasião da ratificação ou adesão, o nome da repartição pública que deverá expedir os referidos atestados.

ARTIGO VI

Ao ser apresentado o referido atestado, nos casos em que a isenção de direitos alfandegários não tenha sido concedida, as repartições alfandegárias do país no qual se deseja importar o filme concederão as facilidades necessárias para que seja apresentado o filme à autoridade nacional encarregada de resolver se o mesmo deve ou não ser admitido livre de direitos. As despesas resultantes desse exame correrão por conta dos interessados em importar o filme.

ARTIGO VII

Sómente essa autoridade nacional competente tem faculdades para resolver se o filme deve ou não ser considerado como educativo, sob o ponto de vista nacional, e no caso afirmativo, se pode ser admitido livre de direitos, de acordo com a presente Convenção.

ARTIGO VIII

As Altas Partes Contratantes se comprometem a facilitar, na medida do possível, a troca e empréstimo internacional de filmes educativos ou de propaganda apolítica, mediante ajustes diretos entre os organismos competentes de cada país.

ARTIGO IX

A presente Convenção não afetará o direito das Altas Partes Contratantes de submeter a revisão e classificar os filmes educativos ou de propaganda, de conformidade com suas próprias leis, ou de tomar providências tendentes a proibir ou limitar a importação ou trânsito de filmes por motivos de ordem pública.

ARTIGO X

Ao assinar ou aderir à presente Convenção, as Altas Partes Contratantes poderão fazer reservas quanto ao direito de adotar providências para proibir ou limitar a importação de filmes com o propósito de proteger o seu mercado interno contra a invasão de filmes de origem estrangeira.

ARTIGO XI

A presente Convenção não prejudicará os compromissos contrai-
dos anteriormente pelas Altas Partes Contratantes em virtude de acordos internacionais.

ARTIGO XII

A presente Convenção será ratificada pelas Altas Partes Contratantes, de acordo com seus preceitos constitucionais. O Ministério das Relações Exteriores da República Argentina guardará os originais desta Convenção e fica encarregado de enviar aos Governos cópias devidamente autenticadas para o mencionado fim. Os instrumentos de ratificação serão depositados nos arquivos da União Panamericana, em Washington, que comunicará tal depósito aos Governos signatários; essa comunicação terá o valor de troca de ratificações.

ARTIGO XIII

A presente Convenção entrará em vigor entre as Altas Partes Contratantes na ordem em que estas forem depositando as suas respectivas ratificações.

ARTIGO XIV

A presente Convenção vigorará indefinidamente; podendo, porém, ser denunciada, mediante aviso antecipado de um ano, á União Panamericana, a qual transmitirá esse aviso aos outros Governos signatários. Decorrido esse prazo, a Convenção deixará de ter efeito para o denunciante, subsistindo para as demais Partes Contratantes.

ARTIGO XV

A presente Convenção permanecerá aberta á adesão dos Estados não signatários. Os instrumentos correspondentes serão depositados nos arquivos da União Panamericana, que os comunicará às outras Altas Partes Contratantes.

Em testemunho do que, os plenipotenciários acima mencionados assinam a presente Convenção em espanhol, inglês, português e francês, e a ela apõem os respectivos selos, na cidade de Buenos Aires, Capital da República Argentina, aos vinte e três dias do mês de dezembro do ano de mil novecentos e trinta e seis.

ARGENTINA:

Carlos Saavedra Lamas.
Roberto M. Ortiz.
Miguel Angel Cárcano.
José Maria Cantilo.
Felipe A. Espil.
Leopoldo Melo.
Isidoro Ruiz Moreno.
Daniel Antokoleitz.
Carlos Brebbia.
César Díaz Cisneros

PARAGUAI:

Miguel Angel Soler
J. Isidro Ramirez.

HONDURAS:

Antonio Bermúdez M.
Julían Lopez Pineda.

COSTA RICA:

Manuel F. Jiménez
Carlos Brenes.

VENEZUELA:

Caracciolo Parra Pérez.
Gustavo Herrera.
Alberto Zérega Fombona.

PERU:

Carlos Concha.
Alberto Ulloa.
Felipe Barreda Laos.
Diómedes Arias Schreiber.

EL SALVADOR:

Manuel Castro Ramírez.
Maximiliano Patricio Brannon.

MEXICO:

Francisco Castillo Nájera.
Alfonso Reyes.
Ramón Beteta.
Juan Manuel Alvarez del Castillo.

BRASIL:

José Carlos de Macedo Soares.
Oswaldo Aranha.
José de Paula Rodrigues Alves.
Hélio Lobo.
Hildebrando Pompeu Pinto Acioli.
Edmundo da Luz Pinto.
Roberto Carneiro de Mendonça.
Rosalina Coelho Lisboa de Miller.
Maria Luiza Bittencourt.

URUGUAI:

José Espalter.
Pedro Manini Rios.
Eugênio Martínez Thedy.
Juan Antonio Bucro.
Felipe Ferreiro.
Andrés F. Puyol.
Abalecázar Garcia.
José G. Antuña.
Júlio César Cerdeiras.
Gervásio Posadas Belgrano.

GUATEMALA:

Carlos Salazar.
José A. Medrano.
Alfonso Carrillo.

NICARAGUA:

Luis Manuel Debayle.
José Maria Moncada.
Modesto Vale.

REPUBLICA DOMINICANA:

Max Henríquez Ureña.
Túlio M. Costero.
Enrique Jiménez.

COLOMBIA:

Jorge Soto del Corral.
Miguel López Pumarejo.
Roberto Urdaneta Arbeláez.
Alberto Lleras Camargo.
José Ignacio Díaz Granados.

PANAMA:

Harmodio Arias M.
Júlio Fábrega.
Eduardo Chiari.

ESTADOS UNIDOS DE AMERICA:

Cordell Hull.
Sumner Welles.
Alexander W. Weddell.
Adolf A. Berle, Jr.
Alexander F. Whitney.
Charles G. Fenwick.
Michael Francis Doyle.
Elise F. Musser

CHILE:

Miguel Cruelaga Tocornal.
Luis Barros Borgoño.
Félix Nieto del Río.
Ricardo Montaner Belo.

ECUADOR:

Humberto Alborno.
Antonio Pons.
José Gabriel Navarro.
Francisco Garderas.
Eduardo Salazar Gómez.

BOLIVIA:

Enrique Finet.
David Alvéstegui.
Eduardo Diez de Medina.
Alberto Ostria Gutiérrez.
Carlos Romero.
Alberto Cortadellas.
Javier Paz Campero.

HAITI:

Horácio Pauleus Sannon.
Camille J. Leon.
Elie Lescot.
Edmé Manigat.
Pierre Eugène de Lespinasse.
Clement Magloire.

CUBA:

José Manuel Cortina.
Ramón Zaydin.
Carlos Márquez Sterling.
Rafael Santos Jiménez.
César Salaya.
Calixto Whitmarsh.
José Manuel Carbonell.

E, havendo sido aprovada a mesma Convenção, cujo teor fica acima transcrito, a confirmo e ratifico e, pela presente, a dou por firme e valiosa para produzir os seus devidos efeitos, prometendo que será cumprida inviolavelmente.

Em firmeza do que, mandei passar esta Carta, que assino e é selada com o selo das armas da República e subscrita pelo ministro de Estado das Relações Exteriores.

Dada no Palácio da Presidência, no Rio de Janeiro, aos oito dias do mês de março de mil novecentos e trinta e oito, 117º da Independência e 50º da República.
